

ACP BRASILEIRA EM TEMPOS NEOLIBERAIS: REFLEXÕES CRÍTICAS

[Fernanda Fochi Nogueira Insfran](#)¹, [Alessandra Tozatto](#)², [Noany Oliveira Corquinha de Souza](#)³, [Ruy Eduardo Gomes Bizerra de Marcenés](#)⁴, [Sheysa Alves Gonçalves](#)⁵

1 Universidade Federal Fluminense | Professora Associada

2 Centro Universitário Redentor | Professora e mestra em Ensino

3 Universidade Federal Fluminense | Graduanda em Ciências Sociais

4 Universidade Federal Fluminense | Graduando em Ciências Sociais

5 Universidade Federal Fluminense | Mestra em Ensino

RESUMO

O presente artigo objetivou compreender o que motivou a escolha da Abordagem Centrada na Pessoa, enquanto teoria e método de atuação profissional em Psicologia, de 316 participantes que responderam a um questionário semiestruturado online. Este texto é parte da pesquisa “Quem faz a ACP no Brasil?”, que está sendo realizada por nosso grupo de pesquisa com objetivo de contribuir com informações sobre perfil, formação e atuação dos acepistas brasileiros na contemporaneidade. Para cumprir essa tarefa, começamos por um breve histórico da construção deste paradigma e da sua disseminação no Brasil. Apresentamos também uma breve explicação sobre nossa matriz de interpretação do Neoliberalismo e de seus modos de produção de subjetividades, pois consideramos importante refletir sobre os impactos dos valores neoliberais nas representações acerca da ACP. Como metodologia elegemos a Análise de Conteúdo para construir categorias de análise a partir das respostas à pergunta aberta “Por que ACP?”, presente no nosso instrumento de pesquisa. Com isso, pudemos perceber o quanto suas concepções de mundo e da própria Abordagem Centrada na Pessoa estão imersas no ideário neoliberal, operando, mesmo que involuntariamente, para reforçá-lo. Propomos, por fim, um possível caminho para atenuar esta perniciosa conjuntura: o resgate da noção de pessoa como ser inerentemente social, norteador práticas clínicas verdadeiramente emancipatórias e contra-hegemônicas.

Palavras-chave: Abordagem Centrada na Pessoa; Psicologia Humanista; Neoliberalismo; Psicoterapia

BRAZILIAN PCA IN NEOLIBERAL TIMES: CRITICAL REFLECTIONS

ABSTRACT

This article aimed to understand what motivated the choice of the Person-Centered Approach as a theory and method of professional practice in Psychology by 316 participants who answered a semi-structured online questionnaire. This text is part of the research “Who does PCA in Brazil?”, which is being carried out by our research group with the aim of contributing information on the profile, training, and practice of Brazilian PCA practitioners in contemporary times. To accomplish this task, we begin with a brief history of the construction of this paradigm and its dissemination in Brazil. We also present a brief explanation of our matrix of interpretation of Neoliberalism and its modes of production of subjectivities, as we

consider it important to reflect on the impacts of neoliberal values on representations about PCA. As a methodology, we chose Content Analysis to construct categories of analysis based on the answers to the open question “Why PCA?”, present in our research instrument. With this, we were able to perceive how much their conceptions of the world and of the Person-Centered Approach itself are immersed in the neoliberal ideology, operating, even if involuntarily, to reinforce it. Finally, we propose a possible path to mitigate this pernicious situation: the rescue of the notion of person as an inherently social being, guiding truly emancipatory and counter-hegemonic clinical practices.

Keywords: Person-Centered Approach; Humanistic Psychology; Neoliberalism; Psychotherapy

INTRODUÇÃO

Quem faz a ACP no Brasil? Esta pergunta foi o estopim para uma pesquisa iniciada em meados de 2024, que contou com 316 participantes de todo o país, que responderam um questionário online semiestruturado encaminhado via redes sociais. O objetivo da pesquisa foi conhecer o perfil dos/das psicólogos/as que atuam com a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) no Brasil, em que regiões mais se concentram, em que áreas atuam, como se deu o contato com ACP e se participam ou já participaram dos encontros de comunidade da Abordagem, como os encontros regionais, os Fóruns Brasileiros e Encontros Internacionais.

Neste artigo, decidimos concentrar nossa reflexão na questão aberta deste questionário online “Por que ACP?”. Utilizando a metodologia de análise de conteúdo ⁽¹⁾, objetivamos compreender o que motivou a escolha dos/das respondentes pela ACP enquanto teoria e método de atuação profissional em Psicologia. Conforme apontam alguns autores brasileiros que desenvolvem a ACP no Brasil ^(2,3), o paradigma desenvolvido por Carl Rogers ⁽⁴⁾ e colaboradores atualmente é pouco (ou nada) apresentado aos/às estudantes de graduação de Psicologia na maioria dos cursos, o que certamente contribui para a menor adesão de psis a esta linha/ abordagem no país. Assim, consideramos relevante apresentar também um breve histórico da ACP no Brasil, enfatizando a predominância de uma formação de acepistas para atuação clínico/ individual.

Por último e não menos importante, nos interessa refletir acerca da influência de valores liberais e neoliberais nas práticas e nas representações sobre a ACP. Entendemos que, como um sistema, o capitalismo neoliberal enreda a todos nós, independente de profissão, paradigma filosófico ou perspectiva teórico metodológica escolhida. Assim, nos sentimos convocados a questionar: teria o neoliberalismo e sua eficiente fábrica de sujeitos neoliberais capturado os conceitos humanistas tão caros aos acepistas? A ACP, vista por

muitos acepistas como contra hegemônica, estaria de fato conseguindo romper com os paradigmas hegemônicos da Psicologia?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ACP: breve histórico de construção do paradigma e sua disseminação no Brasil

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) é uma perspectiva teórico metodológica da corrente Humanista Existencial Fenomenológica, chamada por alguns autores de Terceira Força da Psicologia⁽⁵⁾. O enfoque desta força seria: liberdade, responsabilidade e intencionalidade vistas como características intrínsecas à condição humana; privilegia-se a consciência e a vivência do momento presente; e enfatiza-se o enfoque fenomenológico e compreensivo, ou seja, se valoriza a experiência subjetiva e consciente e a compreensão por empatia, em contrapartida à explicação causal exterior. Neste paradigma, portanto, a pessoa é vista como um todo e não como a soma de partes isoladas ⁽⁶⁾.

Assim, a ACP criada por Carl Rogers - estadunidense, professor universitário, psicólogo clínico e posteriormente, facilitador de grupos -, bebeu da fonte das correntes filosóficas humanistas, existencialistas e fenomenológicas com o objetivo de desenvolver uma abordagem, inicialmente clínica, em que o objetivo do psicoterapeuta fosse facilitar o crescimento que favoreça a pessoa, ou seja, criar as condições necessárias e suficientes para o crescimento da pessoa em terapia ⁽⁷⁾.

Iniciada nos Estados Unidos a partir da publicação do livro “Psicoterapia e Consulta Psicológica”, em 1942, e desenvolvida por Rogers até sua morte, em 1987, a ACP foi muito influente como uma prática psicoterapêutica e também inspirou modelos democráticos de educação, a partir das experiências de Rogers como professor, publicadas em livros como “Liberdade para aprender” ⁽⁸⁾ e “Um Jeito de Ser” ⁽⁹⁾.

Nos seus últimos anos de vida, Rogers iniciou o trabalho com grupos. O marco dessa fase é a publicação do livro “Grupos de Encontro”, em 1970. Rogers realizou uma série de workshops pelo mundo, especialmente em regiões de conflito, pois preocupava-se em difundir suas ideias pelo mundo, a fim de amenizar conflitos culturais, raciais e etc ⁽¹⁰⁾.

O trabalho com grupos teve tanto um caráter formativo - possibilitar uma formação continuada de psicólogos/as e psicoterapeutas, com pequenos grupos vivenciais e comunidades temporárias de aprendizagem - quanto serviu para promover grandes encontros de mediação de conflitos ⁽¹¹⁾.

No final da vida, Rogers estava bem animado com os grupos de encontros com políticos da América Central (patrocinados pela Universidade da Paz da Costa Rica), entre outros⁽¹²⁾. Ele e sua equipe já haviam participado de diversos encontros com grandes grupos

em várias partes do mundo, pelo *Peace Project*. Devido a esta atuação na mediação de conflitos, Rogers foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, em 1987, mesmo ano em que faleceu ⁽¹²⁾.

E como e quando a ACP foi recebida no Brasil? O primeiro texto mais completo que encontramos sobre a história da ACP no Brasil é fruto de uma pesquisa realizada em meados da década de 1990 por Marcia Tassinari e Yeda Portela ⁽²⁾ que foi apresentado em eventos Latino-Americanos da ACP e posteriormente publicado no livro “Vocabulário e noções básicas da Abordagem Centrada na Pessoa” ⁽¹⁰⁾.

A pesquisa trouxe reflexões que levaram as autoras a estruturar quatro fases da ACP no Brasil em 50 anos, entre o início da Abordagem (nos EUA na década de 1940) e o período em que elas terminaram a pesquisa (final dos anos 1990) ⁽²⁾. São elas:

1) Pré História (entre 1946 e 1976) ⁽²⁾: período desde a fundação da ACP nos EUA até um ano antes da vinda de Carl Rogers ao Brasil, este é caracterizado por poucas publicações e eventos e presença isolada de profissionais no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, que tiveram contato com a ACP nos EUA (*La Jolla Program* recebeu psicólogos brasileiros, como Eduardo Bandeira, na década de 1970) e começaram a disseminar suas teorias e práticas por aqui;

2) Fertilização (entre 1977 e 1986) ⁽²⁾: período em que Rogers e sua equipe marcaram forte presença no Brasil (John Wood inclusive decide se mudar para cá), desde a primeira visita, em 1977. Foram realizados dois workshops de grande grupo em Paty do Alferes (RJ) em 1977 e 1978, que aproximou profissionais e núcleos de formação até então isolados. Foi um período de realização de diversos eventos, entre eles os Encontros Latino-Americanos (dois deles realizados no Brasil e os demais, no exterior, sempre com grande número de brasileiros/as), e a quantidade de publicações aumentou consideravelmente ⁽¹³⁾;

3) Declínio (entre 1987 e 1989) ⁽²⁾: as autoras consideraram este um período de luto pelas mortes de Carl Rogers e Rachel Rosenberg (ambos em 1987) e o desligamento do meio acadêmico de importantes expoentes na disseminação da ACP na formação de psicólogos/as. As autoras afirmam que “a popularidade de outras orientações terapêuticas (Psicanálises e Terapias Corporais) no meio acadêmico”⁽²⁾ também pode ter contribuído para esse declínio da ACP.

4) Renascimento (a partir de 1990) ⁽²⁾: período caracterizado por grande crescimento de núcleos da ACP em diversos Estados brasileiros, em sua maioria formados por ex alunos/as dos profissionais que “fertilizaram” o Brasil com as teorias e práticas da ACP. É neste período que surgem os Fóruns Brasileiros da ACP, tendo o primeiro sido realizado em 1996 na cidade de Paulo de Frontin (RJ). Uma característica importante nos chama atenção: este período tem maior predominância dos eventos vivenciais do que de novas publicações de livros, artigos e demais trabalhos acadêmicos. Observa-se também um crescimento da ACP

nos estados do Nordeste (os Encontros Nordestinos da ACP começaram a ser realizados lá em 1986) e expansão para outras regiões do país.

Conforme explicado acima, as quatro fases descritas aqui foram caracterizadas por Tassinari e Portela ⁽²⁾ na pesquisa realizada em meados da década de 1990. Posterior à pesquisa das autoras, tivemos diversas outras publicações que buscaram dar conta da história da ACP no Brasil. Destacamos aqui, dois livros que narram momentos importantes desta história: o livro de Eduardo Bandeira ⁽¹⁴⁾, em que o autor narra sua própria trajetória como aluno de Carl Rogers e como se deu a organização dos workshops e eventos que foram facilitados por Rogers e sua equipe em 1977 e 1978 no Brasil; e o livro organizado por José Estácio de Lucena ⁽¹⁵⁾, que conta com dezenas de autores, participantes de Comissões Organizadoras de treze Fóruns Brasileiros da ACP (entre 1996 e 2019), que narram desafios enfrentados, trazem dados sobre o número de participantes, temas discutidos, emoções e vivências compartilhadas. Em comum, destacamos que os/as autores/as dos livros apresentam uma historiografia focada na experiencição desses encontros vivenciais.

O neoliberalismo e a fábrica do sujeito neoliberal

Neoliberalismo é um termo polivalente: a depender do que se objetiva, pode assumir diferentes significados. Esses, por sua vez, levam a interpretações múltiplas de sua origem, princípios e dinâmicas próprias de funcionamento. Ainda assim, é necessário que se fixe o objeto a ser estudado num conceito, mesmo que preliminarmente, almejando estabelecer um fundamento sólido para as discussões posteriores ⁽¹⁶⁾.

Para os fins do debate a ser aqui desenvolvido, o Neoliberalismo será entendido não por suas bases econômico-produtivas (precarização do trabalho, alterações na cadeia fabril), ou suas consequências nesse âmbito (como as cada vez mais frequentes crises e recessões), mas sim pelo seu caráter de *racionalidade*. Essa abordagem permitirá analisar uma série de acontecimentos que, apesar de vinculados a uma economia política específica, não podem ser explicados estritamente nesse domínio.

O Neoliberalismo pode então ser definido como “(...) a constelação de princípios, políticas, práticas e formas de governar a razão”⁽¹⁷⁾ ou como “(...) o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens (...)”⁽¹⁸⁾ que se generaliza a partir da década de 1980 com governos notórios como os de Margaret Thatcher (primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990) e do ex-presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan⁽¹⁸⁾.

Assim, para entender o modo com o qual o neoliberalismo adentra as realidades e percepções mais viscerais do sujeito, é necessário distinguir a maneira com que essa estrutura de poder opera. Aqui, ela não aparece como uma relação de poder soberano,

comum a literatura política clássica, - como o conceito de poder desenhado e apresentado no leviatã de Hobbes⁽¹⁹⁾ - mas como um meio de poder que se destina a conduzir determinados interesses, uma racionalidade que agora é apresentada de um modo novo e que conduz o *modus operandi* neoliberal. Há a junção das esferas que antes poderiam ser compreendidas como separadas: no modo neoliberal de racionalização a empresa modela inclusive as subjetividades do sujeito.

Apesar do nome sugerir certa continuidade com o liberalismo clássico, há dessemelhanças fundamentais que fazem do neoliberalismo uma razão de mundo particular. Entre elas - e talvez a principal delas - está o deslocamento de uma visão de natureza humana intrinsecamente colaborativa - consequência de sua tendência natural à barganha e à troca, oriunda da "(...) necessidade quase constante de ajuda de seus semelhantes(...)" de que os seres humanos sofreriam⁽²⁰⁾ -, pilar do liberalismo, para um ideal concorrencialista, de eliminação do outro, numa verdadeira guerra de todos contra todos pela sobrevivência. Não mais o somatório dos interesses individuais levando ao bem-estar de todos: agora, apenas os aptos sobrevivem.

Essa nova matriz de interpretação da vida social tem suas origens no pensamento evolucionista *spenceriano*. O progresso - noção tão cara a pensadores europeus desde o Iluminismo - é agora alcançado pela eliminação seletiva e natural dos menos adaptados. "A concorrência (...) é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos"⁽¹⁸⁾. Em consonância com a universalização dessa forma de vinculação intersubjetiva, entra em operação um regime de *reificação* das relações humanas: cada vez menos reconhecidos em sua coparticipação na humanidade, em seu caráter de pessoa, os indivíduos tornam-se paulatinamente isolados uns dos outros, reduzindo seus semelhantes, e a si, a uma posição estritamente objetiva⁽²¹⁾.

A fragmentação do senso de comunidade - que pressupõe uma noção de pessoas que interagem regularmente umas com as outras, que compartilham uma existência comum - é um caminho que vem sendo traçado há séculos. A vida urbana, como já argumentado⁽²²⁾, é uma potente força-motriz para o estranhamento e a dessensibilização: com suas vidas aceleradas e individualizadas, os cidadãos tendem a ver cada vez menos a importância de seus semelhantes, despendendo sobre eles aquilo que vem a ser chamado de *atitude blasé* - uma postura indiferente, apática. Com o incremento da urbanização, vê-se uma potencialização desse fenômeno, que não vem desacompanhado.

Ao lado da expansão das grandes cidades, a globalização é outro fenômeno do qual o impacto sobre a formação das consciências não pode ser ignorado. Estabelecendo interações duradouras e ininterruptas entre diferentes culturas, gera consequências como a desintegração de identidades culturais estabelecidas, o reforço de identidades nacionais e locais em resistência à globalização e o surgimento de identidades absolutamente novas⁽²³⁾.

Esse movimento, entretanto, não ocorre de maneira uniforme em todo o planeta. No *supermercado cultural*⁽²³⁾ as relações de interdependência colonial auferem uma nova dinâmica: os colonizadores exportam seus símbolos, mercadorias e identidades para os colonizados. Eles, todavia, não são capazes de consumir esses “produtos” sem restrições: há empecilhos que tornam essas formas de ser-no-mundo inacessíveis para diversas populações. Marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade são alguns dos elementos que demonstram que, mesmo num mundo repleto de identidades voláteis e passíveis de modificações, certas desigualdades seguem estruturando nossa realidade.

Logo, para compreender melhor a formação das subjetividades humanas, é necessário o entendimento de que o aparato de poder utilizado despeja-se diretamente na ideia de *prazer* e *desejo* daquele sujeito. O cerne da operação ocorre de uma maneira na qual a economia política - neoliberal -, por meio de uma *governamentalidade empresarial*, utiliza “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”⁽²⁴⁾. Assim, estabelece esse ser desejante e consumidor que é mantenedor desse *ethos da autovalorização* e, portanto, necessário para o sucesso desse modelo econômico. Nesse novo modelo de imprimir poder, a centralidade do modo com o qual ele é executado está na gestão socioeconômica e na sujeição de novos indivíduos que se tornam agora *sujeitos empreendedores*, “trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra”⁽¹⁸⁾.

Impera agora uma gramática do social que geriu indivíduos dos quais podem ser interpretados como empresários de si mesmos, significando que a ideia de gerir a si mesmo interfere em diversos aspectos da vida daquele indivíduo, não só a empresa e o cenário do capitalismo empresarial, mas se justapõe de pequenas empresas, - os próprios funcionários - como também liga todos os aspectos da vida ao ideal de empresa, perdendo cada vez mais o ideal de uma *vita contemplativa*⁽²⁵⁾ – “a inatividade produz um efeito dessubjetivador, desindividualizador, inclusive desarmador.” - que acaba por se opor diretamente à ideia de empreendedorismo de si mesmo.

Ademais, a fábrica do sujeito neoliberal, alcança seu ápice por meio da racionalização do desejo que provoca nos indivíduos. Aqui, eles buscam produzir em todas as esferas da sociabilidade: do trabalho ao momento familiar, o *neosujeito* espera produzir e, portanto, aumentar e lucrar com sua própria empresa - ele mesmo. Desse modo, ele gere o seu tempo, indo desde o sono a suas relações interpessoais, perdendo cada vez mais o aspecto simples e comum da vida e controlando seus desejos e necessidades de forma ascética: “Os indivíduos, que se iludem pensando ser livres, são, fundamentalmente, órgãos sexuais do capital, que servem para a sua reprodução. O excesso neoliberal de liberdade e desempenho não é nada mais do que o excesso de capital.”⁽²⁵⁾

A partir da formação destes sujeitos da eficácia e da infinda busca pelo controle e melhoria da performance de si mesmo, os discursos gerenciais e o modo de governamentalidade empresarial acabaram por exceder os limites de controlar apenas as ações externas dessas pessoas, englobando também as suas subjetividades humanas.

A ACP é uma abordagem que dá enfoque numa relação fenomenológica e compreensiva do cliente, o que faz com que a experiência individual do sujeito seja levada em consideração. Assim, é central entendermos como uma perspectiva hegemônica radical da Psicologia, centrada no indivíduo/ sujeito/ pessoa, pode ser facilmente capturada pelo neoliberalismo, já que este formatou um novo tipo de mentalidade que se insere em diferentes âmbitos da vida comum e individual, indo de uma realidade externa e adentrando a mentalidade e subjetividade humana - o eu e o empresário de si mesmo - por meio da governamentalidade e dos *modos de subjetivação*⁽²⁴⁾. Nos próximos tópicos apresentaremos a pesquisa empírica que vem nos ajudando a refletir se existe influência do neoliberalismo na representação que os/as acepistas tem acerca da Abordagem Centrada na Pessoa.

Por que ACP? Apresentando o método da pesquisa empírica

Para alcançar os objetivos da pesquisa, recorreremos à pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa “Quem faz a ACP no Brasil?” foi submetida à apreciação do Conselho de Ética em Pesquisa – CEP, através da Plataforma Brasil, sob processo CAAE número: 88637925.6.0000.8160.

Conforme explicitado na introdução, buscamos conhecer o perfil dos/das psicólogos/as que atuam com a Abordagem Centrada na Pessoa no Brasil. E como foco para este artigo, elegemos fazer uma análise de conteúdo ⁽¹⁾ de apenas uma das questões abertas do formulário online, intitulada “Por que ACP?”. O formulário foi encaminhado via redes sociais para mais ou menos duas mil pessoas durante duas semanas¹. Neste período alcançamos um número bastante significativo e representativo para uma pesquisa qualitativa: 316 respondentes.

Os/as respondentes tiveram acesso a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aqueles que concordaram com os termos - todos em conformidade com as normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da

¹ O Formulário Online foi encaminhado através de grupos de Whatsapp de psicólogos/as que atuam com a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) no Brasil e também de forma privada para professores/as universitários e de cursos de formação em ACP de todos os país. Estimamos que o link com o formulário tenha sido compartilhado com mais ou menos 2 mil pessoas.

Saúde - puderam acessar o questionário e participar da pesquisa de forma voluntária e anônima.

O formulário online semi estruturado composto por 20 perguntas (das quais cinco eram abertas), arrolou informações para compormos o perfil sócio-demográfico (nove perguntas) dos/das acepistas do Brasil e buscou conhecer um pouco sobre a formação inicial e continuada dos/das psicólogos/as participantes da pesquisa. Também nos interessou saber o porquê da escolha por Psicologia e ACP, onde conheceu a ACP (ou quem a apresentou) e a quantos anos atua como Psi e como Acepista. E na última parte do questionário, focamos na participação (ou não) nos Fóruns e encontros regionais da ACP.

As informações dadas pelos 316 participantes nos trouxeram a seguinte composição da amostra:

1) 75,9% se identificam como mulheres cisgênero. Uma pessoa se declarou mulher transgênero; duas pessoas (0,6%) se declararam não-binárias; e 23,1% se identificam como homens cisgênero.

2) 24,1% são jovens de 20 a 30 anos; 28,2% têm entre 31 e 40 anos; 20,6% têm entre 41 e 50 anos; 17,7% têm entre 51 e 60 anos; 7,6% têm de 61 a 70 anos; e apenas 6 pessoas (1,9% da amostra) têm mais de 70 anos.

3) 70,9% das pessoas se declararam brancas; 20,6% pardas; 7,3% pretas; 2 pessoas se declararam amarelas; 1 pessoa se declarou indígena; 1 pessoa se declarou “mestiça”².

4) 81,6% se declararam heterossexuais; 9,5% bissexuais; 7% homossexuais; 1,9% pansexuais.

5) 56,6% das pessoas declararam-se casadas, em união estável ou vivendo com companheiro(a/e); 31,6% são solteiras; 9,5% são divorciadas; 1,6% são viúvas; e duas pessoas declararam que estão “noivas” (que não é um estado civil).

6) 24,3% declararam renda familiar de até 3 salários mínimos (SM); 27,5% entre 3 e 6 SM; 23,1% entre 6 e 10 SM; 18,% entre 10 e 20 SM; e 6,3% acima de 20 SM.

7) 29,7% seguem a religião católica; 23,7% declararam não ter religião; 15,9% são espíritas ou espiritualistas; 11,7% são evangélicas; 7% são ateístas; 3,2% são budistas; 2,8% são umbandistas; 1,6% são candomblecistas; e 4,4% declararam outras religiões e crenças.

8) 3,2% tem o Ensino Superior Incompleto (estudantes de Psicologia); 21,8% têm o Ensino Superior Completo; 49,7% possui Especialização (Pós Graduação Lato Sensu); em

² Importante ressaltar que quase todas as questões fechadas tinham a opção “outro” para que as pessoas pudessem escrever a resposta que considerassem mais adequada, caso não se sentissem contemplados nas opções disponíveis.

relação a Pós Graduação Strito Sensu, 15,8% possuem Mestrado e 8,3% possuem Doutorado; 4 pessoas (1,2%) disseram ter pós doutorado³. Portanto, 75% da nossa amostra possui Pós Graduação.

9) Como esperado, a área que mais concentra acepistas é a clínica, com 85,8% das respostas. Esta também é a área que foi eleita como única área de atuação por 23,4% da amostra. Tivemos um percentual alto de “outros” como resposta, 8,1%, porque algumas pessoas lecionam em cursos de especialização ou formação em ACP que não são vinculados a IES (ou quando são, não acontecem nas dependências destas). Assim, pessoas que têm suas próprias empresas e ministram formação em ACP não se sentiram contempladas com a opção “leciono em faculdade ou centro universitário privado”. Quase 100% dos que lecionam em cursos de formação e em IES públicas e privadas têm como segunda área de atuação, a clínica.

Ao compararmos esses resultados com os encontrados no Censo Psi 2022 ^(26, 27), percebemos forte semelhança entre o perfil dos/das psicólogos/as brasileiros/as em geral e daqueles/as que compõem a nossa amostra de Acepistas. Diversos resultados de perfil foram muito parecidos como: o percentual de pessoas identificadas como mulheres cisgênero (75,9% na nossa pesquisa e 79,2% no Censo Psi); a autodeclaração étnico-racial, que teve 70,9% de pessoas declaradas brancas e 63,9% no Censo Psi); e grau de escolaridade, com 75% de pessoas pós graduadas na nossa pesquisa e 73,4% no Censo Psi⁴.

Retomando o objetivo deste artigo, decidimos analisar qualitativamente as respostas dadas pelos/as participantes à questão “Por que ACP?” através da metodologia da análise de conteúdo. Entendemos que a organização das respostas em categorias de análise facilitaria apreender o que motivou os/as participantes da pesquisa a escolherem a ACP como abordagem teórico-metodológica para a prática profissional. Assim, após a leitura e releitura das respostas dadas à questão, foram criadas as categorias, bem como os resultados, que serão apresentados na próxima seção.

Afinal, acepistas podem se considerar contra hegemônicos? O que apontam os resultados

³ De acordo com o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), o pós doutorado não é um título acadêmico. Assim, a maior titulação existente é o Doutorado ou seu equivalente, o PhD.

⁴ No ano que completamos 60 anos de regulamentação da Psicologia como ciência e profissão, o Conselho Federal de Psicologia e o sistema Conselhos (com seus 23 conselhos regionais distribuídos pelos estados da Federação e Distrito Federal) realizaram o CensoPsi 2022 que traz informações sobre perfil, formação, áreas de atuação, condições de trabalho e engajamento social das/dos psicólogas/os do Brasil. Pesquisa completa disponível no site do Conselho Federal de Psicologia.

Analisando todas as questões do formulário online encaminhado para Acepistas brasileiros através das redes sociais, percebemos que as respostas dadas à pergunta aberta “Por que ACP?” dialogavam com temáticas que nosso grupo de pesquisa estava se debruçando: a captura de valores e conceitos do humanismo pelo neoliberalismo. Assim, decidimos pela metodologia da Análise de Conteúdo ⁽¹⁾ para categorizar e debater os resultados alcançados.

As categorias de análise foram construídas após a leitura de todas as 316 respostas à pergunta em foco. Tivemos uma frequência que ultrapassa 316 participantes: foram 626 respostas no total, pois a maioria das pessoas respondeu entre dois e três temas/ categorias diferentes na mesma resposta à questão. A tabela 1, abaixo, explicita todas as informações referentes às categorias criadas, suas frequências de aparição e o percentual de participantes que apresentaram estas categorias em suas respostas:

Tabela 1: Apresentação das categorias, frequência e percentual de pessoas que responderam

Categoria	Que respostas foram consideradas na categoria?	Frequência	Percentual
A) Identificação pessoal	Identificação pessoal, afinidade, encantamento justificando a escolha pela ACP	232	73,4%
B) Olhar humano	Aquelas que apontam o olhar humano, a visão filosófica de mundo, a perspectiva fenomenológica como justificativa para a escolha	117	37,0%
C) ACP é contra hegemônica	As respostas que apontam características da ACP que a diferenciam das correntes hegemônicas da Psicologia	71	22,5%
D) Conceitos da ACP	Aquelas que apresentam conceitos, palavras-chave e atitudes facilitadoras da ACP para justificar a escolha	69	21,8%
E) Atuação profissional/ clínica	Respostas que consideram a ACP mais adequada/ ideal para sua atuação profissional (citam principalmente a área clínica)	51	16,1%
F) Um jeito de ser	Aquelas que consideram que a ACP é “um jeito de ser”, um estilo de vida	37	11,7%
G) ACP é liberdade	Respostas que justificam a escolha pela ACP a partir da palavra-chave “liberdade”, no aspecto pessoal e/ou profissional	34	10,8%

H) Sem rótulos/ sem diagnósticos	Aquelas que citam a ACP como abordagem que não se centra em diagnósticos, doenças e curas.	15	4,7%
-------------------------------------	--	----	------

Importante ressaltar que os percentuais não somam 100% e que não foram gerados a partir do total de frequência de aparição das categorias nas respostas dadas pelos/as participantes. Estes percentuais referem-se ao número de participantes (do total de 316 pessoas) que tiveram suas respostas enquadradas nas categorias (de A e H, apresentamos em ordem de maior frequência e percentual). A maioria, conforme já mencionamos, não deu uma resposta simples e que pudesse ser enquadrada em apenas uma categoria. Os exemplos abaixo ilustram isso:

"Pela forma em que é compreendido o ser humano. As noções básicas me fazem questionar aquilo que aprendi ao longo da vida, e me remetem a ampliar a construção do sujeito. Por ser uma teoria que julgo ser contra hegemônica, sinto-me inquieta e interessada por compreender esse viés. Na construção do conhecimento, a ACP me dá a liberdade de traçar novas formas de pensar, sentir e agir QUE FAZEM SENTIDO PARA MIM⁵"

Nesta resposta temos quatro categorias: Identificação pessoal (categoria A); ACP é liberdade (categoria G); ACP é contra hegemônica (categoria C); e Olhar humano (categoria B).

"A princípio encantamento, identificação. Com o tempo, toda a essência da psicologia passou a se resumir em ACP pra mim: acreditar que não posso controlar ou mesmo ensinar alguém, apenas facilitar o desenvolvimento e poder pessoal, que reside em cada ser e não consta em manuais ou laboratórios. ACP é um movimento ético e político, logo, requer reconhecimento, afinidade, abrir mão do controle e de um lustroso status de poder pode ser difícil, mas compensa a quem deve compensar."

Aqui temos uma resposta enquadrada nas categorias A (Identificação pessoal), C (ACP é contra hegemônica) e D (Conceitos da ACP).

"Desde que aprofundei meus estudos e a prática em ACP, senti como se tivesse encontrando um jeito de ser psicóloga que faz muito mais sentido pra mim do que qualquer outra forma. Como se eu tivesse me sentido pertencente a um lugar dentro desse campo. Um lugar com sentido e confortável".

⁵ Resposta de participante retirada na íntegra da planilha de resultados, inclusive com as palavras em caixa alta.

Nesta resposta observamos a presença de elementos enquadrados nas categorias A (Identificação pessoal) e F (Um jeito de ser).

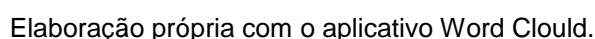
“Um olhar humano para além do diagnóstico que seja apresentado”.

Nesta resposta temos duas categorias: Olhar humano (categoria B) e Sem rótulos/sem diagnósticos (categoria H).

“Nunca me senti confortável em estudar testes e teorias específicas, até encontrar ACP. Ela que me escolheu!”

Aqui temos uma resposta que se enquadra somente na categoria A, Identificação pessoal. Como esta tivemos outras onde foi mencionado apenas “afinidade”, “identificação”, “paixão” ou “faz sentido pra mim”. Como podemos ver nestes exemplos e também nos números de frequência e percentual, o destaque absoluto é da categoria A, identificação pessoal, que foi mencionada por 73,4% dos/das participantes para justificar a escolha pela ACP. Isto nos suscitou elaborar uma nuvem de palavras com todas as respostas completas dos/das 316 participantes, de modo que as palavras mais mencionadas tivessem maior representação na nuvem. A figura 1, abaixo, explicita que depois da palavra “ACP” e de outros conectivos, os pronomes “mim”, “me” e “minha” foram os mais mencionados. As palavras “identifiquei” e “identificação” também aparecem na nuvem.





Também realizamos uma contagem de palavras nas respostas completas dos/das 316 participantes. A palavra “pessoa” é mencionada por 80 participantes em suas respostas. Já “indivíduo” é mencionada por cinco pessoas, e “sujeito” é mencionada por três. “Grupo/s” é mencionada por 8 pessoas, “social” por seis, “sociedade” por três e “coletivo” por apenas duas pessoas. Escolhemos buscar por estas palavras em específico, por representarem uma oposição entre a perspectiva individual da Psicologia, hegemônica, e a perspectiva sistêmica e social, apreciada pela corrente contra hegemônica e crítica da Psicologia ⁽²⁸⁾.

Apresentamos aqui mais uma resposta longa, mas que explicita o quanto a identificação pessoal como justificativa pela escolha da ACP como abordagem teórico metodológica de atuação profissional pode contribuir para descredibilizar o paradigma construído por Carl Rogers e colaboradores/as perante as demais linhas da Psicologia:

"Entrei na faculdade "conhecendo" somente Freud, logo me afastei da psicanálise e adentrei no behaviorismo, porém quando descobri a ACP encontrei um novo mundo. Além da relação terapêutica em si, que me parece ser algo inexplicável para quem não vive, encontrei em Rogers uma forma de ver o mundo que conseguia expor em palavras como eu via, mas não sabia explicar. Então, além da parte teórica e científica, me conecto com a ACP em um nível pessoal muito profundo. Acredito que quem atua com essa abordagem sabe muito bem o que eu quero dizer com isso :) "

Poucas respostas (apenas três) apontaram em uma direção de questionamento às práticas, principalmente clínicas, que desconsideram as diversidades e as interseccionalidades que constituem as experiências de sujeitos e grupos, e as singularidades do contexto brasileiro nas práticas da Psicologia. Aqui apresentamos uma dessas respostas:

“Ao iniciar na clínica, antes de me pós-graduar em ACP, todas as construções teóricas dessa abordagem despertavam bastante identificação com a minha filosofia de vida. Hoje, com mais contato com estudos decoloniais/contracoloniais e interseccionais, vejo essa minha identificação inicial com a abordagem de forma mais crítica em relação ao meus momentos de vida e questiono muita coisa da teoria que ficou parada no século passado e que corrobora com lógicas colonialistas. Considero-me acpista ainda, mas não consigo fechar meus olhos para a necessidade de reformulações e perspectivas mais críticas e comprometidas com a sociedade brasileira na ACP”.

Algumas respostas enfatizavam que a ACP foi a única abordagem que apresentava uma relação terapêutica horizontal e não hierárquica. Nos preocupa o quanto de romantização sobre práticas psicoterápicas acepistas estão sendo disseminadas entre psis experientes e aqueles ainda em formação. A imensa maioria dos/das participantes que mencionou na resposta algo referente a sua atuação profissional fundamentada na ACP, disse atuar com clínica (a grande maioria dos/das participantes atua na área clínica, 85,8%).

Em suma, estes resultados nos fazem refletir sobre o quão problemático é, para a própria disseminação da ACP, a visão de que a Abordagem (até mesmo na sua perspectiva mais ortodoxa e desatualizada) traz algo “revolucionário” para a Psicologia e para a vida de quem é “tocado” por ela⁶.

ACP brasileira em tempos neoliberais: algumas considerações

Retomamos aqui os questionamentos inicial deste artigo: teria o neoliberalismo e sua eficiente fábrica de sujeitos neoliberais capturado os conceitos humanistas tão caros aos/às acepistas? A ACP, vista por muitos como contra hegemônica, estaria de fato conseguindo romper com os paradigmas da Psicologia individualista/ curativa/ do ajustamento?

⁶ Os termos entre aspas fazem parte de respostas dadas por participantes que foram enquadradas nas categorias ACP é contra hegemônica e Identificação pessoal, respectivamente.

Os resultados encontrados a partir da pergunta “Por que ACP?” respondida por 316 participantes de todo o país, evidenciam que a escolha se deu, em maioria, por “identificação pessoal”, “o olhar humano” da abordagem e também pelo fato da Abordagem ser considerada “contra hegemônica”. Este resultado, ilustrado por exemplos na seção anterior, geraram novas questões que tentaremos responder nas novas etapas da nossa pesquisa:

1. Os pressupostos filosóficos e epistemológicos da Psicologia Humanista e da ACP são de fato conhecidos pelos/as acepistas?
2. Como a ACP pode ser considerada um paradigma contra hegemônico se as palavras “pessoa”, “indivíduo” e “sujeito” são mencionadas por 88 participantes enquanto as palavras “grupo”, “social”, “sociedade” e “coletivo” só surgem nas respostas de 19 pessoas?
3. Como nossos/as participantes conceituam contra hegemonia?
4. Como nossos/as participantes conceituam “pessoa”?
5. Qual a influência do histórico de disseminação da ACP no Brasil, predominantemente clínico, focado em experiências vivenciais e apartado do meio acadêmico, nas representações dos/das participantes da pesquisa?

Diante do exposto, argumentamos que com a difusão dos valores neoliberais pelo mundo, mesmo abordagens humanistas da psicologia acabam sendo influenciadas por eles e, conseqüentemente, servindo para seu reforço. Acreditando na potência da Abordagem Centrada na Pessoa, cremos que há possibilidades de saída para essa situação: entre elas, a elaboração de uma noção de pessoa que ultrapasse aquela da ideologia dominante. Se desejamos uma prática clínica contra-hegemônica, uma reformulação conceitual precisa ser realizada.

Expandindo a *pessoa* para além do indivíduo, podemos aprender - de maneira verdadeiramente decolonial - sobre sua construção com povos não Ocidentais, como os Kwakiutl da América do Norte⁽²⁹⁾: ser alguém é, antes de tudo, ter uma ancestralidade, um passado que lhe precede; é viver a vida da sua comunidade em sua totalidade; é ocupar espaços e desempenhar papéis que apenas fazem sentido na companhia de nossos semelhantes - como as trocas de dádivas, as danças e cerimônias religiosas.

Essas cerimônias e rituais formam a teia que liga a vida social: “Sem eles, acaba-se em uma atomização destrutiva da sociedade. (...) são ações genuinamente humanas que fazem a vida festiva e encantada. Seu desaparecimento profana a vida em sobrevivência”⁽³⁰⁾.

Ser *pessoa* é ser com os outros, pois é a partir dos outros que nos fazemos pessoas. E o apego atual de psicólogos/as/es por preceitos neoliberais desintegradores - como

apontado no presente artigo - mostra-se um obstáculo para a criação de subjetividades verdadeiramente livres e plenas. Enquanto não extirparmos tais concepções das práticas *psi*, essas seguirão agindo como apologistas dos discursos classistas/ machistas/ LGBTfóbicos dominantes, operando uma *normalização* dos “clientes” - através de um imperativo de fala sobre qualquer “desvio”, somado a prescrição crescente e alarmante de medicamentos psiquiátricos - e atuando para a manutenção desse modo de subjetivação causador de múltiplos sofrimentos que hoje impera no Brasil e no mundo.

Felizmente iniciativas coletivas tem questionado este lugar cristalizado da ACP clínica/ individualizante/ asséptica/ descontextualizada e uma nova concepção de pessoa ou de “cliente” tem se feito presente e validado nossa diversidade e pluralidade bem como todos os atravessamentos e assujeitamentos interseccionais da vida social ^(31, 32, 33).

Assim, refletir sobre as relações entre ACP e o modelo neoliberal político e econômico deve possuir um espaço, já que, “resistir hoje se torna uma ação política quando recusamos o individualismo já tão naturalizado em nosso cotidiano e insistimos nos encontros, fazendo circular as invenções microssociais de novas formas de vida.” ⁽³⁴⁾

REFERÊNCIAS

- 1 – Bardin, L. Análise de conteúdo. 1º ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- 2 - Tassinari, M., Portela, Y. História da Abordagem Centrada na Pessoa no Brasil. In Gobbi, S.L. et al. Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa. 2a ed. São Paulo: Vetor, 2005.
- 3 - Pinto, M.A.S. (org.). Abordagem Centrada na Pessoas e algumas de suas possibilidades. Volume 2. São Paulo: All Print Ed, 2021.
- 4 - Rogers, C.R. Tornar-se Pessoa. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- 5 - JUSTO, H. Cresça e faça crescer: segundo Carl Rogers – 8. ed. – Porto Alegre: Província La Salle Brasil-Chile, 2022.
- 6 - Jr., Elias Boainain, - Tornar-se Transpessoal - Transcendência e espiritualidade na obra de Carl Rogers. Summus Editorial, São Paulo, SP, 1998
- 7 - Rogers, C.R. As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica de personalidade. In: Wood, J.K. et al (orgs). Abordagem centrada na pessoa. (p.155-177) Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1994.
- 8- Rogers, C.R. Liberdade para aprender. 2ª ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.
- 9- Rogers, C.R. Um jeito de ser. São Paulo: EPU, 1983.
- 10- Gobbi, S.L. et al. Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa. 2a ed. São Paulo : Vetor, 2005.

- 11- Schmidt, M. L. S. Utopia, teoria e ação: leitura das propostas grupais na abordagem centrada na pessoa. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 31(3), 628–639, 2011.
- 12- Barfield, G. A passion for politics in Carl Rogers' work and approach. In Proctor, G; Cooper, M; Sanders, P; Malcom, B (orgs.). *Politizing the person-centred approach – an agenda for social change*. Trowbridge, UK: PCCS Books, 2006.
- 13- Gusmão, S.M.L. Prefácio. In Lucena, J.E. (Org) *Tornando-se comunidade: a história dos fóruns brasileiros da ACP de 1996 a 2019*. Rio de Janeiro: Matilha, 2021.
- 14- Bandeira, E. *Carl Rogers no Brasil*. São Paulo: GRD Ed, 2012.
- 15- Lucena, J.E. (Org). *Tornando-se comunidade: a história dos fóruns brasileiros da ACP de 1996 a 2019*. Rio de Janeiro: Matilha, 2021.
- 16- Durkheim, E. *As regras do método sociológico*. Petrópolis, RJ: Editora vozes; 2019. p.64-65
- 17- Brown Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia; 2019. p.19
- 18- Dardot P, Laval C. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo; 2016. p.17; p.189; p.53; p.327
- 19- Hobbes, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Editora Nova Cultural: São Paulo, 2004.
- 20- Smith A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Editora Nova Cultura; 1996. p.74
- 21- Honneth A. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora Unesp; 2018. p.36-37, 87
- 22- Simmel G. *As grandes cidades e a vida do Espírito*. MANA 11(2):577-591, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>.
- 23- Hall S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A; 2006. p.69;75
- 24- Foucault, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, ed.42, 2014. P.135
- 25- Han, BC. *Vita contemplativa ou sobre a inatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. P. 34; P.43
- 26 - CFP, Conselho Federal de Psicologia. *Quem faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho : volume I : formação e inserção no mundo do trabalho [recurso eletrônico] — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022.*
- 27 - CFP, Conselho Federal de Psicologia. *Quem faz a psicologia brasileira? : um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho : volume II : condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social [recurso eletrônico] — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022.*
- 28 - BOCK, A.M.B. *Psicologia Sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- 29 - Mauss M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify; 2003. p.372-382

30 – Han Byung-Chul. O desaparecimento dos rituais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; 2021. p.45

31 - Gomes, I. Reflexão sobre os limites e possibilidades de empatia na escuta de mulheres negras. *In* Tassinari, M.; Durange, W. (orgs.). Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV, 2019.

32 - Bezerra, E.N. Racializando a facilitação em Abordagem Centrada na Pessoa. *In* Oliveira, F.A.G.; INSFRAN, F. Aprendendo a transgredir. Diálogos a partir de bell hooks e Paulo Freire. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2022. P.257.

33 - Bianchini, T. A ACP no atendimento à pessoa LGBTQIAPN+. *In* PINTO, M.A.S. (org.). Abordagem Centrada na Pessoas e algumas de suas possibilidades. Volume 3. São Paulo: All Print Ed, 2023.

34 - Mansano, S. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. Revista de psicologia da UNESP, 8 (2). 2009. P. 114.